

SONS QUE ENSINAM: O USO DE *JINGLES* POLÍTICOS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA DISCIPLINA CULTURA POLÍTICA

SOUNDS THAT TEACH: THE USE OF POLITICAL JINGLES AS A PEDAGOGICAL TOOL IN THE SUBJECT POLITICAL CULTURE

Sulyane Vasconcelos Silva¹

Ikaro Grangeiro Ferreira²

Daniel Camurça Correia³

Resumo: Este artigo visa analisar do uso de *jingles* políticos como ferramenta pedagógica no ensino de Cultura Política na Educação Básica e demonstrar os desafios da implementação das disciplinas eletivas no Novo Ensino Médio, bem como avaliar um plano de aula aplicado na disciplina eletiva de Cultura Política na Escola Estadual de Ensino Médio Edson Corrêa. O artigo parte da seguinte pergunta: como o uso de *jingles* políticos pode contribuir para a formação da consciência política dos estudantes da Educação Básica? A análise se apoia no conceito de consciência política, entendido como a capacidade do sujeito de compreender sua posição na sociedade, analisar criticamente os discursos de poder e atuar como cidadão consciente, tendo como base teórica estudos como os de Paulo Freire (1996), Saviani (2008) e Schmidt e Garcia (2006). O projeto consistiu em analisar, junto aos estudantes, *os jingles* da campanha eleitoral de 2024 à prefeitura de Fortaleza e posteriormente produzir seus próprios *jingles* a partir da escolha de um direito social, uma experiência bem-sucedida e que repercutiu positivamente em todos os envolvidos nas atividades e na comunidade, que acolheu bem a proposta e os resultados.

Palavras-chave: Ensino de História. Ferramentas Pedagógicas. *Jingles*.

Abstract: This article analyzes the use of political jingles as a pedagogical tool in teaching political culture in basic education and demonstrates the challenges of implementing elective courses in the new high school system. It also evaluates a lesson plan applied to the Political Culture elective course at Edson Corrêa State High School. The article begins with the following question: how can the use of political jingles contribute to the development of political consciousness among basic education students? The analysis is based on the concept of political consciousness, understood as the individual's ability to understand their position in society, critically analyze discourses of power, and act as a conscious citizen, basing this study on previous works such as Paulo Freire (1996), Saviani (2008) and Schmidt & Garcia (2006). The project involved analyzing jingles from the 2024 Fortaleza mayoral election campaign with students and subsequently producing their own jingles based on the choice of a social right, a successful experience that had a positive impact on everyone involved in the activities and on the community, which welcomed the proposal and the results.

Keywords: History Teaching; Pedagogical Tools. Jingles.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Compartilha Igual 4.0 Internacional

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória/UFC). Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Especialista em Ensino de Ciências Humanas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Professora efetiva da educação básica do Estado do Ceará. *E-mail:* sulyane.silva@prof.ce.gov.br.

² Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-graduado em Advocacia Trabalhista e Previdenciária pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FESMP). Conciliador Judicial e Extrajudicial certificado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com exercício no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza-CE. Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor). *E-mail:* ikaro.grangeiro@disr.it.

³ Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutor em História Social pela PUC-SP. Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza (Unifor). Professor convidado do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória/UFC). Professor do Curso de Direito da Unifor. *E-mail:* daniel.camurca@unifor.br.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Lei n.º 13.415 de 2017, que instituiu o Novo Ensino Médio, trouxe mudanças significativas na prática diária de professores e alunos. Este artigo visa contribuir com a discussão acerca da implementação do Novo Ensino Médio por meio de uma análise das dificuldades de implementação dos itinerários formativos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos traz que a efetiva implementação dos itinerários formativos requer reorganização curricular, formação de professores e ampliação das oportunidades de aprendizagem, considerando os interesses dos estudantes e as demandas locais (Brasil, 2008).

Contudo, na prática, o que vemos são disciplinas sem uma ementa adequada, professores sem uma formação que assegure condições para ministrar disciplinas extras e ofertas que, muitas vezes, não atendem aos interesses e necessidades dos discentes.

Nesse cenário, o professor tem que criar estratégias, nas disciplinas eletivas, que dialoguem com os interesses dos estudantes e, ao mesmo tempo, atendam às demandas do Novo Ensino Médio diante de um contexto de escolas com baixa estrutura, ementas fracas e ofertas pouco atrativas, dificultando, assim, que o objetivo das mudanças propostas pelas novas diretrizes seja alcançado. As reformas educacionais que não são acompanhadas das condições materiais indispensáveis — como infraestrutura adequada, formação docente e recursos pedagógicos —, acabam se reduzindo a propostas formais que pouco ou nada alteram a realidade concreta das escolas (Saviani, 2008).

A escolha da eletiva de Cultura Política, dentre as várias ofertas do catálogo oferecido pelo estado, justifica-se a partir da urgência de se discutir política em sala de aula, visto a crescente onda neofascista dos últimos anos no Brasil, que se reflete em sala de aula e, principalmente, nas aulas de História. Dessa forma, o artigo traz uma discussão acerca da necessidade de disciplinas que formem cidadãos democráticos e conscientes da importância da democracia.

Este trabalho também interpreta o resultado de uma atividade realizada na disciplina eletiva de Cultura Política de uma escola pública, a Escola Estadual de Ensino Médio Edson Corrêa, localizada na cidade de Caucaia, no estado do Ceará, no ano de 2025.

O plano de docência intitulado *O poder em decibéis* nasce a partir da necessidade de se criar novos materiais didáticos que deem suporte ao docente em sua prática, assim como desenvolver ações pedagógicas a partir da relação ensino/pesquisa, contribuindo na construção de uma consciência crítica dos alunos, uma vez que os sujeitos em escolarização podem ser

vistos não somente como reprodutores, mas também como criadores e produtores de cultura (Schmidt; Garcia, 2006).

Sendo assim, analisaremos a aplicação do projeto, que consistiu em desafiar os discentes a elaborar partidos políticos que defendessem direitos sociais e criar *slogans*, temas e *jingles* sobre esses direitos para, posteriormente, apresentar para a comunidade escolar.

O projeto foi desenvolvido em quatro etapas. Na primeira, foram apresentados aos alunos os *jingles* da campanha política para prefeito da cidade de Fortaleza do ano de 2024; na segunda fase, foi aberta uma discussão onde os alunos colocaram suas percepções, dúvidas e experiências acerca desses *jingles*; na terceira, foi proposto que os alunos, com orientação da professora, escolhessem um direito social e produzissem *jingles* que servissem para divulgar esses direitos com efeito de *marketing* e; por último, a apresentação para a comunidade escolar, mostrando o que aprenderam com a atividade.

Isso posto, passemos à teoria que amparou esta pesquisa aplicada e, seguidamente, à própria, em detalhes, nas seções e subseções seguintes.

1 MARCO TEÓRICO

1.1 Os desafios pedagógicos, estruturais e sociais na implementação dos Itinerários Formativos

Os Itinerários Formativos são um dos principais componentes da Reforma do Ensino Médio. Em teoria, são novas disciplinas ofertadas conforme a realidade da escola e o interesse dos estudantes, que oferecem aos discentes a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em áreas específicas, ampliando a experimentação de diferentes temas, vivências e aprendizagens, de maneira a diversificar e enriquecer a formação do estudante.

As disciplinas são ofertadas de forma semestral, com carga horária de oito horas semanais. Conforme a Resolução n.º 497/2021 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Ceará, é papel dos professores, juntamente com a coordenação pedagógica, criar o catálogo de disciplinas eletivas e disponibilizá-lo para os alunos, considerando os fatores estruturais, pedagógicos e legais.

Essas Unidades Curriculares Eletivas (UCEs), embora tragam uma perspectiva de uma educação mais flexível e mais voltada para as realidades dos alunos, enfrenta desafios

significantes em sua implementação. Essa flexibilização curricular impacta de forma muito direta o cotidiano da escola e o processo de ensino-aprendizagem.

Um dos principais desafios encontrados na aplicação dessas UCEs é a formação continuada e adequada aos profissionais para trabalhar esses itinerários. Segundo Gatti, a formação dos professores deve ser entendida como parte essencial da política educacional, articulando o desenvolvimento profissional à melhoria da qualidade da educação (Gatti, 2010).

Em outras palavras, não há reforma efetiva que não inclua a formação e o treinamento de professores. O documento orientador do programa de apoio ao Novo Ensino Médio do Ministério da Educação defende que:

A SEE deve elaborar estratégia de planejamento, execução e monitoramento de ações de formação continuada e detalhar as especificidades desta formação como uma das estratégias de implementação do Novo Ensino Médio com todos os profissionais da respectiva rede (professores, gestores, coordenadores pedagógicos e técnicos da Secretaria e regionais), atendendo à nova configuração (BNCC e itinerários formativo. (MEC, 2021, p. 10).

Porém, o que evidenciamos nas escolas com a inserção do Novo Ensino Médio são professores sem direcionamento, sem um guia explícito de como ministrar essas disciplinas, sem livro didático que dê suporte às aulas e com ementas fracas que em nada esclarecem o real objetivo das disciplinas.

Além disso, uma estrutura física e material que atenda essas novas disciplinas é essencial para o bom desempenho das mesmas, e muitas escolas, principalmente públicas, não dispõem de materiais suficientes nem espaço físico que atenda de forma satisfatória à implantação de novas disciplinas. A falta de salas específicas, laboratórios, equipamentos e espaços multiuso compromete diretamente a oferta diversificada de percursos formativos previstos na reforma curricular. A falta de recursos financeiros e boas estruturas físicas reduz os catálogos de UCEs que a escola pode oferecer, limitando, assim, o poder de escolha dos estudantes.

O que fica evidenciado na aplicabilidade desses itinerários é que apesar da propaganda que circula na mídia sobre a oportunidade de escolha pelo jovem, o texto da lei deixa claro que esses itinerários estão a critério dos sistemas de ensino, e não do aluno (Silva; Boutim, 2018). Ou seja, não existe uma real escolha do aluno sobre o que estudar, uma vez que a escola oferta as disciplinas conforme a realidade local, a estrutura que a escola oferece e a aptidão do quadro de professores em ministrar tais eletivas. Dessa forma, o aluno é levado a escolher disciplinas

pelas quais não tem interesse, fazendo com que o objetivo de autonomia do aluno que prevê o Novo Ensino Médio não seja alcançado.

Outro desafio diz respeito ao aprofundamento das desigualdades já existentes, sobretudo entre estudantes das redes pública e privada. Em muitas escolas públicas, a falta de infraestrutura, de professores especializados e de oferta real de escolhas faz com que os itinerários formativos sejam limitados ou inexistentes, ao contrário das escolas particulares, que conseguem ofertar uma variedade maior de percursos e recursos pedagógicos.

Assim, sem investimento estrutural, valorização docente e políticas públicas comprometidas com a equidade, os itinerários formativos podem reproduzir exclusões históricas, em vez de promover uma formação integral e emancipadora para todos os estudantes.

Concluiu-se também que os caminhos para a efetiva implementação dos itinerários formativos são longos e tempestuosos, e passam pela dedicação e compromisso de diversos setores da sociedade.

1.2 Cultura política como itinerário formativo: caminhos para a consciência política

O ensino de Ciência Política na Educação Básica ainda é um tema pouco explorado. Apesar de estar no currículo do Ensino Médio, sua atuação se dá dentro das disciplinas de Filosofia e Sociologia e de maneira bastante superficial, apenas explicando o funcionamento das instituições, a aprovação das leis e os tipos de governo.

Em nível superior, poucos são os cursos que oferecem, especificamente, ciência política como título de graduação, fazendo com que os cientistas políticos geralmente venham dos cursos de Ciências Sociais. O fato é que a Ciência Política quase sempre aparece dentro de outras disciplinas ou cursos, contribuindo para que a população pouco saiba sobre essa área do conhecimento.

No cotidiano social, fora da Academia, porém, o que vemos é uma sociedade que não conhece o funcionamento das suas instituições, que ignora a importância da política e que distorce a função da mesma, ligando-a apenas ao pleito eleitoral e limitando-se a acreditar que toda a política está envolta de corrupção — fato que colabora para que a sociedade não sinta a política como parte do seu cotidiano e não se reconheça como participante dela.

Mas a quem interessa tudo isso? Quem se beneficia da ignorância política de grande parte da população? Jessé de Sousa, sociólogo pesquisador na área de Teoria Social no Brasil, em seu livro *A elite do atraso*, nos expõe que as elites políticas e econômicas se aproveitam

dessa desinformação para manterem seus privilégios e se perpetuarem no poder. Para o autor, a falta de consciência política é um projeto intencional no qual a mídia, o sistema educacional e a classe política escondem os verdadeiros mecanismos de dominação social para continuar garantindo privilégios (Souza, 2019).

Durante muito tempo, evitou-se abordar questões políticas em sala de aula, sob o argumento da neutralidade. Tal postura, no entanto, desconsidera que toda prática pedagógica é uma ação política, que segue um padrão facilmente reconhecível, com motivos bem determinados (Lopes; Sales, 2025)

Para Freire (1996), ensinar não é um ato neutro, mas um posicionamento diante do mundo e das relações de poder. Diante disso, é necessário que professores se apropriem dessas discussões em sala de aula para que a educação não se limite apenas à transmissão de conhecimento, mas que ensine aos estudantes a pensar sobre o mundo e agir sobre ele.

Nesse contexto, o ensino de Ciência Política na Educação Básica emerge como uma ferramenta indispensável para a construção da consciência política dos estudantes. A consciência política, nesse contexto, é entendida como a capacidade do sujeito de compreender sua posição na sociedade, analisar criticamente os discursos de poder e atuar como cidadão consciente. Portanto, consciência política é vista como algo que combina aspectos identitários, crenças e relação do indivíduo com a sociedade em que vive.

Nesse sentido, o ensino de Ciências Políticas permite que os estudantes entendam as articulações políticas, saiam do senso comum e percebam o funcionamento das instituições democráticas, os processos de tomada de decisões coletivas, os direitos e deveres fundamentais, além da importância da consciência crítica e do voto democrático.

Nesse cenário, torna-se igualmente necessário considerar como as novas tecnologias moldam relações de poder. Correia e Ferreira (2024) evidenciam que sistemas de automação digital e inteligência artificial podem reproduzir discriminações ao incorporar vieses presentes em seus bancos de dados e programadores, como ocorre em filtros de imagem que clareiam peles ou alteram traços faciais.

Esse fenômeno demonstra que a tecnologia não é neutra e pode reforçar estereótipos sociais, tornando o debate sobre racismo algorítmico parte essencial da formação da consciência política dos estudantes. Ao compreender como decisões automatizadas podem gerar exclusões, os alunos ampliam sua leitura crítica do mundo e reconhecem que a cidadania também envolve compreender e questionar os impactos sociais dos sistemas digitais.

Outro aspecto relevante é o combate à desinformação e às *fake news*. Em tempos marcados por polarização política, por revisionismo histórico, por facilidade de informação sem filtros, o ensino de política fornece ferramentas importantes para que os alunos possam pensar criticamente sobre as informações que recebem, entendam as manipulações dos discursos e consigam identificar essas *fake news* ou, pelo menos, questionar as informações que chegam até eles.

Mas como ensinar Ciência Política em um currículo escolar já tão sobrecarregado? Foi pensando nisso que veio a ideia de utilizar as UCEs como uma forma de preencher esse vácuo na Educação Básica. A eletiva de Cultura Política nasce da necessidade de se combater a onda fascista que vem se apropriando da mente dos jovens estudantes, seja através das redes, das igrejas ou até mesmo das famílias.

Como as UCEs não vêm acompanhadas de uma ementa fechada e de matérias que orientem o professor, isso dá uma liberdade para que o docente decida que caminhos seguir dentro da disciplina, e foi assim que a ideia de usar *jingles* políticos para trabalhar a consciência política surgiu.

Entendemos que os *jingles* têm uma capacidade comunicativa e uma agilidade que outros formatos publicitários não têm (Lourenço, 2009). Este formato de música se mostra ideal, uma vez que é curto, de fácil assimilação e cheio de discursos políticos que podem ser analisados juntamente com os alunos e contribuir como ferramenta de educação política.

Escolher uma UCEs como forma de preencher essa lacuna da ausência do debate político na Educação Básica é uma alternativa dentro das opções que o Novo Ensino Médio nos traz, porém, ainda não resolve o problema da falta do ensino de política em sala de aula no Ensino Básico. Algo mais amplo, que atenda a toda a comunidade escolar, precisa ser pensado.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 Metodologia e execução do projeto *O Poder em Decibéis* na construção da consciência política juvenil

O trabalho, intitulado *O Poder em Decibéis*, ocorreu no mês de junho de 2025 e foi realizado em uma turma de eletiva com alunos do primeiro e segundo ano do Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Médio Edson Corrêa, localizada na cidade de Caucaia, estado do Ceará.

O projeto nasceu da necessidade de se elaborar materiais didáticos que atendessem às demandas das disciplinas eletivas exigidas pelo Novo Ensino Médio, com objetivo de desenvolver nos alunos uma consciência política através da análise dos discursos produzidos pelos *jingles* da campanha à prefeitura de Fortaleza do ano de 2025.

A atividade foi desenvolvida em quatro fases. Na primeira, foram apresentados aos alunos os *jingles* da referida campanha; na segunda fase, foi aberta uma discussão na qual os alunos colocaram suas percepções, dúvidas e experiências acerca desses *jingles*; na terceira etapa, foi proposto que os alunos, com orientação da professora, escolhessem um direito social e produzissem *jingles* que servissem para divulgar esses direitos com efeito de *marketing*; e, por último, a apresentação para a comunidade escolar, mostrando o que aprenderam com a atividade.

Escolhemos trabalhar com *jingles* como ferramenta didática pois são composições curtas, repetitivas e marcantes, que se fixam rapidamente na memória dos alunos. Segundo Lourenço (2009), o *jingle* tem uma capacidade comunicativa e uma união entre melodia, harmonia e ritmo que desperta a atenção e a emoção do público. Desse modo, são composições curtas que facilitam a atenção e compreensão dos estudantes.

Além disso, trabalhar com música em sala de aula nos possibilita questionar estereótipos, identificar discursos de poder e compreender o contexto social no qual ela foi composta, desenvolvendo, nos alunos, uma escuta ativa e reflexiva de forma dinâmica. Célia Maria David, professora de Prática de Ensino da Universidade Estadual Paulista (Unesp), nos expõe que a música transcende a arte de se combinar sons; ela é um veículo de comunicação e relacionamento que quando analisada dentro dos seus contextos e características específicas, percebe-se que a composição nunca é puramente musical, mas pessoal e social, fazendo com que o ser humano e a música se identifiquem no tempo e espaço (David, 2011).

Diante disso, a escolha de trabalhar com os *jingles* do último pleito municipal de Fortaleza adveio da familiaridade que os alunos tinham com os *jingles* durante a campanha, pois foram músicas que viralizaram nas redes sociais, principalmente no TikTok, rede social que os alunos mais utilizam.

As duas primeiras fases ocorreram em quatro aulas de 50 minutos cada. A professora levou os *jingles* pré-selecionados impressos e em arquivo de áudio e uma caixa de som. Os *jingles* selecionados foram: *É culpa do Sarto e Não volta Leitão*, do candidato do Partido Liberal (PL), André Fernandes; *Tem que votar no Sarto*, do candidato do Partido Democrático

Trabalhista (PDT), José Sarto; e *Tropa do 13*, do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Evandro Leitão.

Logo no início da aula, foi entregue para cada aluno, o impresso com os quatro *jingles*. Posteriormente, fomos escutando e acompanhando. Os alunos mostravam-se empolgados e animados com o que ouviam. Foi orientado que após cada *jingle* escutado, eles fizessem anotações de dúvidas e percepções sobre aquela música, para ser debatido em um segundo momento.

Após ouvir todos os *jingles*, iniciamos uma roda de debate sobre as anotações, dúvidas e percepções dos discentes. A primeira dúvida que surgiu referiu-se ao nome que os candidatos José Sarto e Evandro Leitão atribuíam ao candidato André Fernandes, o de “caneco raspado”, o que foi explicado pela professora que era uma alusão a um vídeo que o candidato do PL fez quando era adolescente, ensinando como depilar o ânus. Isso levantou um debate sobre os discursos utilizados por políticos para desmerecer o oponente, atacando não suas propostas ou estilo de governo, mas sim sua vida pessoal ou situações vividas pelos mesmos.

Nesse contexto, discutimos o conceito do discurso *ad hominem*, que segundo Schopenhauer descreve, é uma tática onde o debatedor ataca a pessoa em vez do argumento, ou seja, usa declarações anteriores, ataca o caráter, a reputação ou o histórico do oponente. O autor considera essa tática válida, embora não legítima do ponto de vista racional (Schopenhauer, 2024).

Após a explicação, eles conseguiram perceber, em outros trechos dos *jingles*, a presença desse mesmo discurso como na passagem onde o candidato Sarto refere-se a André como “filho do Bolsonaro” e o petista refere-se ao mesmo candidato como “mini Bozo”, fazendo referências à ligação política e pessoal de André Fernandes com o ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Nesse momento, discutimos como a visão política dos candidatos e suas coligações influenciam em seu governo e no tipo de governante que ele será.

Também discutimos o conceito de *jingles* políticos que, segundo Lourenço (2009) em seu artigo *Jingles Políticos: estratégia, cultura e memória nas eleições brasileiras*, define *jingles* políticos:

[...] como sendo qualquer canção com um propósito político e publicitário. Este objetivo pode ser tanto conseguir apoio e votos a um político (partido, frente ou causa) quanto para criticar e diminuir apoio e votos a outro político (partido, frente ou causa) adversário. (Lourenço, 2009, p. 207).

Ou seja, são canções de fácil entendimento, usadas como elemento de síntese para enaltecer a imagem do candidato e suas virtudes, e também para desqualificar o oponente. Deixamos a discussão sobre o conceito de *jingles* para esse momento da aula, pois queríamos, inicialmente, que os alunos tivessem suas próprias percepções sobre essas canções.

Posteriormente, outro debate foi aberto por um aluno que questionou o *jingle* “Não Vota Leitão”, do candidato André Fernandes, sobre o candidato Evandro Leitão. Nesse *jingle*, André convoca as duas maiores torcidas de futebol da capital cearense a não votar no candidato petista, usando o esporte como pano de fundo para a disputa eleitoral. “O seu clube não soube administrar, quer fazer com Fortaleza o que fez com o Ceará”, diz a letra da música de campanha de Fernandes em referência à gestão do candidato petista como presidente do Ceará durante os anos de 2008 a 2015. No refrão, a música remete aos apelidos das duas torcidas: Vozão, do Ceará, e Leão, do Fortaleza. Iniciando com a torcida alvinegra: “Quem é vozão, não vota Leitão”, o candidato do PL alude à gestão de Evandro à frente do Ceará Sporting Club, que foi de bastante turbulência, mas também de conquistas. No final, o *jingle* apela para a torcida do Fortaleza: “Quem é Leão, não vota Leitão.”

O debate, nesse momento, girou em torno de como os candidatos se apropriam das paixões dos eleitores para influenciar suas decisões e manipular os votos. Explorando a identificação afetiva do eleitorado, os candidatos desviam o foco dos debates, que deveriam ser sobre propostas, questões estruturais, argumentos racionais e apelam para os sentimentos de raiva, medo e orgulho.

Outra percepção dos alunos nos *jingles* foi sobre a música *É culpa do Sarto*, onde o candidato André Fernandes ataca o pedetista, então prefeito de Fortaleza, culpando-o de problemas enfrentados pela capital cearense. Com trechos como “Se na tua rua tem buraco / é culpa do Sarto!” e “Na favela é vidro baixo / É culpa do Sarto!” O *jingle* viralizou nas redes sociais como TikTok e ficou nacionalmente conhecido, chegando a ultrapassar um milhão de visualizações. O viral deu início a uma batalha de *jingles* entre André e Sarto. O candidato pedetista respondeu ao *jingle* com outro *jingle*, acusando o candidato do PL de não conhecer Fortaleza. Com rimas como “Cadê as obras que ele perguntou? / Tá na favela que ele nunca pisou” e “Tá todo mundo vacinado / é culpa do Sarto” o *jingle* mostram algumas obras criadas na gestão do pedetista à frente da prefeitura de Fortaleza.

Durante toda a nossa discussão, os alunos sentiram falta de *jingles* que mostrassem propostas, que enaltecesse a figura do candidato e que apresentassem seus planos de governo.

Na terceira etapa da atividade, os alunos foram divididos em seis grupos de cinco integrantes e foi apresentada a proposta de avaliação. Cada grupo deveria escolher um direito social do Brasil e criar um partido político que defendesse esse direito. O partido deveria ter nome, *slogan* e um *jingle* que deveria ser composto por eles. Solicitou-se que os *jingles* tivessem uma lei retratando o direito escolhido e que seguissem a rima ABAB ou AABB.

A divisão e a escolha do direito social ficaram a critério dos alunos, para que escolhessem aquilo com que mais se identificavam. Após dividida as equipes, os direitos escolhidos foram, como consta no Quadro 1:

QUADRO 1: Divisão dos direitos sociais

Equipe	Tema	Descrição do Direito Social
Equipe 1	Direitos das Mulheres	Direito à igualdade de gênero, combate à violência doméstica, saúde sexual e reprodutiva.
Equipe 2	Direitos LGBTQIAPN+	Direito à identidade de gênero, à orientação sexual livre, proteção contra discriminação e violência.
Equipe 3	Direitos da População Negra	Direito à igualdade racial, políticas afirmativas, combate ao racismo estrutural e institucional.
Equipe 4	Direitos da pessoa Idosa	Direito à saúde, previdência, transporte, respeito, proteção contra negligência e violência (Estatuto do Idoso).
Equipe 5	Proteção ao Meio Ambiente	Direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável (Art. 225 da Constituição).
Equipe 6	Direitos dos Povos Indígenas	Direito ao território, à cultura, à educação diferenciada e à autodeterminação.

Fonte: Elaborada pela professora da disciplina.

Os estudantes tiveram duas semanas para se reunir e produzir o material que seria apresentado no dia 27 de junho, encerrando, assim, nossa disciplina eletiva de Cultura Política.

Durante as semanas que se seguiram, a professora reuniu-se com as equipes individualmente para orientá-las sobre o direito escolhido, tirando dúvidas e indicando materiais que facilitariam a pesquisa e a produção.

Após a produção pronta, os alunos foram orientados a enviar por *Whatsapp* o *jingle* escrito e cantado em áudio, o *slogan* e o nome do partido e tivemos resultados surpreendentes.

O *jingle* a seguir é da equipe que escolheu trabalhar com os direitos LGBTQIAPN⁺:

Tá na lei, tá na Constituição, / Respeitar a diversidade é nossa obrigação! /
Homofobia é crime, já foi decidido,
Lei 7.716, tá garantido! / Não pode discriminar e nem agredir,
Quem ama diferente tem direito de existir. / Trans, gay, lésbica, ou pan. / **No Brasil tem lei pra proteger, se liga, man!**

STF mandou avisar: / **Homofobia é igual ao racismo, pode anotar!** / Se tem preconceito, vai responder, / Porque o amor é livre e é pra valer! / Canta comigo, sem hesitar!

Direito é pra todos, vamos celebrar! / No seu bairro, na escola, em qualquer lugar, / **Respeito é lei — bora praticar!**

O *jingle* atendeu a todos os requisitos, citou a lei, fez rima AABB e tratou de um tema muito importante e necessário em nossa escola: o combate à homofobia. O nome do partido escolhido pelos alunos foi: *Partido Respeito é a Lei*.

Outro *jingle* produzido pelos alunos foi sobre proteção ao meio ambiente, que gerou bastante interesse por se tratar do tema norteador do ano de 2025 da Secretaria de Educação do Estado do Ceará:

Vamos cuidar do ar, da terra e do mar, / A Lei do Ambiente veio pra ajudar! / Desde oitenta e um, é proteção sem fim, / Preservar o planeta começa por mim! / Com o licenciamento e a educação, / Cada atitude é transformação! / Respeite a fauna, respeite o chão, / Juntos fazemos a preservação!

Nesse *jingle*, os alunos citaram a lei a Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, e chamaram a atenção para a obrigação individual de proteção com a natureza e para a educação ambiental, que é uma parte importante na preservação do meio ambiente.

Na quarta etapa da atividade, foi apresentado o resultado da produção dos estudantes para a comunidade escolar. No pátio da Escola Estadual de Ensino Médio Edson Corrêa, no dia 27 de junho de 2025, reunimos os alunos do turno da tarde, o núcleo gestor e demais professores para que o produto da eletiva fosse exposto. Cada grupo teve 15 minutos para explicar o direito social, apresentar o partido e cantar o *jingle*. As apresentações foram acompanhadas por alguns alunos que tocam instrumentos em suas comunidades, principalmente nas igrejas, e as apresentações ficaram mais atrativas para todos.

Encerradas as apresentações, questionamos os alunos sobre suas percepções acerca da atividade realizada. Os discentes, em sua maioria, deram respostas positivas, com ênfase nas percepções, principalmente sobre os discursos políticos que eles tiveram. Na fala a seguir, destaca-se a condição do discente de perceber algo que antes, no seu entendimento, não era percebido:

Gostei muito de perceber como os discursos são formados dentro da política. Acredito que agora vou ficar mais atento às músicas e procurar entender o que eles querem dizer, buscando as propostas e planos de governo e não os ataques, como vimos na eleição de Fortaleza. (Discente A).

Quando indagados sobre a produção dos partidos políticos, os estudantes apontaram algumas dificuldades, principalmente a falta de conhecimentos das leis que asseguram esses direitos e o conhecimento limitado que a população tem sobre os próprios direitos, como destacado na fala dessa aluna: *Fiquei impressionada quando estava pesquisando sobre direitos dos idosos e falei com minha avó, e ela não conhecia quase nada, apenas a gratuidade no ônibus e o direito de preferência nas filas.* (Discente B).

Em linhas gerais, os discentes, questionados sobre a atividade, perceberam o uso dos *jingles* para estudar política como algo positivo para os seus conhecimentos e criar partidos políticos com direitos sociais, sendo desafiados a criar *jingles*. Essa foi uma experiência desafiadora e gratificante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com a pesquisa no Ensino Básico é, ainda hoje, uma empreitada desafiadora. Primeiramente, porque faz-se necessário mudar o conceito de aluno que temos; aquele que age apenas como receptor de conteúdo, que está para aprender enquanto o professor está para ensinar. Na execução de um projeto, o aluno passa a ser pesquisador e isso significa tirar a atenção do professor e privilegiar mais o aluno. Portanto, não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino; esses fazeres se encontram um no corpo do outro.

Essa atividade nos mostrou que com um bom planejamento, alunos engajados, a mediação do professor e seu incentivo à pesquisa, tem-se uma importante estratégia para o ensino de Cultura Política na Educação Básica.

Os alunos ouviram e debateram sobre a criação dos *jingles* e seus discursos políticos. Pesquisaram, produziram e apresentaram partidos políticos com nome, *slogan* e *jingles* sobre direitos humanos, mostrando-se a todo momento, engajados e animados com a atividade.

De maneira geral, concluiu-se que, ao trabalhar *jingles* políticos para o ensino de Cultura Política, temos sim uma ferramenta importante na percepção dos discursos, na criação dos *marketings* que chegam ao eleitor, nas discussões sobre *fake news*, e principalmente na criação de uma consciência política que forme cidadãos que defendam a democracia, que aprendam a analisar os cenários e que votem conscientemente.

Por fim, entendemos que a educação política caminha a passos lentos na educação básica e que isso advém de diversos fatores, porém buscar mecanismos que ultrapassem esses entraves é fundamental para a construção de uma sociedade mais consciente politicamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 out. 2020. Seção 1, pp. 103-106. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cp-2020>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CEARÁ. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 497, de 28 de dezembro de 2021**. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2018/06/RESOLUCAO-No-497.2021-CEE-DCRC-EM-28.12.2021-VF>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CORREIA, D. C.; FERREIRA, I. G. Inteligência artificial e Automação Digital: viés preconceituoso em foco. **Anais I SIPIIC: Seminário Internacional de Pesquisa Interdisciplinar no Cariri**. Juazeiro do Norte, CE: Unileão; Grupo de Pesquisa em Direito, Cidadania e Sustentabilidade, 2024, p. 116-121. Disponível em: <https://unileao.edu.br/2024/08/16/anais-do-i-seminario-internacional-de-pesquisa-interdisciplinar-no-cariri-ja-estao-disponiveis/>. Acesso em: 20 nov. 2025

DAVID, C. M. Música e ensino de História: uma proposta. **Cadernos de Formação: Ensino de História**. UNESP, n. D 21 de maio 2012. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/46189> Acesso em: 16 jul. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 11 jul. 2025.

LOPES, B. L. S.; SALES, A. J. Análise semiótica das funções das personagens do conto “Hansel e Gretel”, compilado pelos Irmãos Grimm. **Revista Kixará**, Quixadá-CE, v. 2, n. 1, p. 48–72, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/kixara/article/view/14706/13785>. Acesso em: 20 nov. 2025.

LOURENÇO, L. C. Jingles Políticos: estratégia, cultura e memória nas eleições brasileiras. **Revista Aurora**, São Paulo, v. 4, p. 205-217, maio 2009. Disponível em: https://www.pucsp.br/revistaaurora/dez_2008/lourenco. Acesso em: 05 de jul. 2025.

SANTOS, J. W; RIBEIRO, J. C. Itinerários formativos no Novo Ensino Médio e os desafios para a educação no Brasil. **Journal of Humanities and Social Science**, v. 29, n. 3, p. 37-42, mar. 2024. Disponível em: <https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.29-Issue3/Ser-4/G2903043742.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHIMIDT, M. A; GARCIA, T. M. F. B. Consciência Histórica e crítica em aulas de História. **Caderno Paulo Freire**. Museu do Ceará, v. 4, p. 1-24, 2006.

SCHOPENHAUER, A. **A arte de argumentar**: como vencer qualquer debate sem precisar ter razão. São Paulo: Maverick, 2024.

SILVA, K. C. J. R.; BOUTIN, A. C. Novo Ensino Médio e Educação Integral: Contextos, Conceitos E Polêmicas Sobre A Reforma. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 43, n. 3, p. 521-534, jul.-set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/30458>. Acesso em: 05 jul. 2025.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava-Jato. São Paulo: Estação Brasil, 2019.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SILVA, Sulyane Vasconcelos; FERREIRA, Ikaro Grangeiro; CORREIA, Daniel Camurça. Sons que ensinam: o uso de *jingles* políticos como ferramenta pedagógica na disciplina Cultura Política. **Kixará**, Quixadá, v. 2, n. 3, p. 93-107, set./dez. 2025.

Submetido em: 31/07/2025

Aceito em: 25/10/2025

Publicado em: 29/12/2025

Edição: Yls Rabelo Câmara

Diagramação: Francisco Edvander Pires Santos